

“Professores não são desordeiros”: repressão policial e radicalização do CEP na greve de 1979

KENIA MIRANDA*

Não são apenas os trabalhadores que ela [a greve] nos apresenta, mas a classe dos empregadores, o Estado e a opinião pública, tal qual aparecem no espelho posto a sua frente pelos trabalhadores (PERROT, 1987: 4-5)¹.

Em outubro de 1978, os professores entregaram uma proposta salarial para a categoria à secretária estadual de educação, Mirtes Wenzel, juntamente com uma Carta aberta à população sobre a crise educacional e as precárias condições de trabalho dos docentes. Nessa Carta Aberta, os docentes solicitavam apoio à comunidade, na figura dos estudantes, pais e trabalhadores e denunciavam a situação econômica da categoria-que precisava trabalhar em até três escolas – e que aos docentes não era permitido “opinar sobre as diretrizes, leis e reformas que, tramadas em gabinetes, nos são impostas como soluções milagrosas” (JB- 27-10-78)²

A manifestação foi recebida, em frente ao prédio da Secretaria Estadual de Educação, pela polícia militar. Segundo o jornal *Última Hora*, a presença ostensiva da polícia no local surpreendeu até mesmo a secretária, que teria afirmado “**Professores não são desordeiros**”, “Eu entendo que a luta de vocês é seria. Não é para se confundir com o período, com a época do ano e com a desordem” (*Última Hora*, 27-10-1978)³.

O movimento docente passava mesmo por profundas transformações. A imagem de um representante do Estado nas escolas e da suposta neutralidade política dos professores seria desconstruída com aproximação da categoria das lutas em curso na sociedade.

* Doutoranda em História Social na Universidade Federal Fluminense e professora da Educação Básica, no Colégio Pedro II.

¹ PERROT, Michelle. *Workers on strike. France, 1871-1890*. New Haven, Yale Univ. Press, 1987.

² “PROFESSORES debatem com a secretária de Educação e entregam proposta salarial”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 out. 1978.

³ “MIRTES ouve reivindicações de mais de duzentos professores”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 27 out. 1978.

Os dirigentes da SEP demonstravam um perfil mais combativo, de lideranças oriundas da militância socialista e anarquista⁴, e imprimiram à nova entidade, o Centro Estadual dos Professores, resultado da unificação de parcela do movimento docente do Rio de Janeiro, esta que seria a marca do Novo Sindicalismo, as grandes mobilizações.

A fusão da Sociedade Estadual dos Professores (SEP)- fundada em 1977- com outras entidades mais antigas, como a União dos Professores do Rio de Janeiro (UPRJ)⁵ e a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)⁶ configurou um processo de fortalecimento da categoria docente no Rio de Janeiro que, em meio a contradições e avanços, apresentou ao Estado e à sociedade uma força política capaz de liderar as lutas pela educação - o Centro Estadual de Professores (CEP/ RJ).

O processo de unificação de parte das associações docentes foi possível através da reunião de aspectos referentes ao contexto político e às demandas econômicas da categoria, tendo a Sociedade Estadual dos Professores do Rio de Janeiro, fundada em 1977, como uma importante liderança.

As reivindicações iniciais da SEP – equiparação dos quadros do magistério do antigo Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara; a revogação do decreto do Prefeito Marcos Tamoyo (ARENA) que aumentou a carga horária semanal obrigatória de 15h para 18h e manteve o salário, enquadramento dos professores formados depois de outubro de 1973 no Estatuto do Magistério; - foram entregues, através de um abaixo-assinado à Secretaria Estadual de Educação, Assembleia legislativa e Câmara de Vereadores. Nesse momento de efervescência do movimento, a SEP lançou um manifesto, convocando os professores à união por melhores condições de trabalho e vida.

Resultado desse movimento seminal, ao final de 1977 a categoria já discutia uma pauta unificada para a campanha salarial de 1978.

⁴ Entrevistas realizadas por ANDRADE (2001) com as associadas da UPRJ demonstram que a fusão não foi um processo consensual e que o perfil socialista, de oposição à ditadura militar, dos militantes da SEP era a principal causa de conflitos com a ala mais conservadora da UPRJ.

⁵ Fundada em 1948, como União dos Professores Primários do Distrito Federal. Quando o Rio de Janeiro deixou de ser a capital do país, a entidade passou a denominar-se, em 1963, União dos Professores Primários do Estado da Guanabara (UPPEG).

⁶ Para um aprofundamento das entidades que deram origem ao CEP ver a dissertação: ANDRADE, Teresa Ventura de. A União dos Professores do Rio de Janeiro: Um capítulo da história da organização docente (1948-1979). Niterói, UFF, 2001.

Conforme matéria publicada no jornal *O Globo*, os professores municipais, estaduais e particulares reivindicavam:

Piso de Cr\$ 41,49 para os que lecionam em turmas de até 35 alunos e de Cr\$ 47,11 para os que lecionam em turmas maiores; proibição de que haja turmas com mais de 50 alunos; pagamento obrigatório das aulas de recuperação e dos tempos vagos entre as aulas; abatimento de 50% para os filhos de professores nas decisões referentes ao ensino, como ocorria anos atrás; participação dos professores nas decisões referentes ao ensino; liberdade de manifestação e organização; adicional universitário aos professores primários municipais; pagamento de triênio aos professores contratados; equiparação salarial dos professores do antigo Estado do Rio e do antigo Estado da Guanabara, sem perda de vantagem, como ocorreu. (*O Globo*, 02-12-1977)⁷

Além das reivindicações econômicas, percebemos na pauta acima aquelas referentes à melhoria das condições de trabalho, liberdade de organização e participação no debate e formulação das políticas estatais educacionais. Certamente, um campo mais amplo de lutas.

A primeira greve de 1979 foi dirigida pela Sociedade Estadual dos Professores (SEP) e, a segunda, já pelo Centro Estadual dos Professores (CEP), entidade que unificou diferentes correntes do movimento, inclusive aqueles mais moderados. A composição heterogênea da diretoria desta nova entidade demonstraria, posteriormente, divergências nos períodos de radicalização do movimento.

AS GREVES DE MARÇO E AGOSTO DE 1979

Se é fato que a SEP era uma entidade recém criada, fundada em 1977, e possuía pequena parcela da base a ela vinculada em comparação a outras entidades docentes coetâneas, não se pode afirmar que o movimento docente era uma categoria sem tradição de ação coletiva anterior.

Entretanto, a ideologia de uma categoria construída em torno da vocação para a educação estaria presente tanto no imaginário social, quanto no interior das entidades associativistas. É fato que as greves de 1979 serão as primeiras reivindicações de massa da categoria. Nesse momento de eclosão do Novo Sindicalismo, cabe destacar que

⁷ “PROFESSORES reúnem-se hoje para a campanha salarial”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 dez. 1977.

também ocorriam as primeiras greves de professores em São Paulo, no Paraná e em outros estados⁸.

- As greves de 1979

No início do ano letivo de 1979, no dia 11 de março, em assembleia realizada no Sindicato dos Operários Navais, em Niterói, com a presença de cerca de cinco mil presentes, os professores das escolas municipais e estaduais de 1º e 2º graus⁹ decidiram entrar em greve por melhores condições de vida e trabalho. Em oposição ao plano de cargo proposto pelo governo Faria Lima¹⁰ (ARENA) que, dentre outras medidas, aumentava a carga horária de 12 para 20 horas semanais de aulas, o movimento contou com grande adesão de professores do município e do estado do Rio de Janeiro, mesmo com a repressão da ditadura e a ilegalidade das greves do funcionalismo público.

No quarto dia da greve, assumiu o novo governador do Estado, Chagas Freitas¹¹. Com o compromisso público do governador de negociar com o movimento, a greve foi encerrada pela categoria de professores, no dia 24 de março, com a condição de aguardar as negociações no prazo de um a, no máximo, dois meses.

Entretanto, ao final do prazo estabelecido, mês de abril, o acordo não foi cumprido pelo governo. Nesse momento, a assembleia realizada em 24 de junho consolidou o processo de fusão das entidades reunidas em torno do comando de greve de março, A UPRJ, SEP e APERJ, sob a denominação **Centro de Professores do Rio de Janeiro, CEP-RJ**. Em julho, a diretoria provisória do CEP-RJ foi aprovada e sem o atendimento das reivindicações prioritárias pelo governo e a greve da Sociedade Estadual das merendeiras, Inspetoras, trabalhadores e serventes (SEMITS), os professores anunciavam a possibilidade de nova greve em agosto do mesmo ano.

⁸ A esse respeito ver LUGLI (1997), FIGUEIREDO (2006), FERREIRA (1998).

⁹ Denominação à época.

¹⁰ Floriano Peixoto Faria Lima, da ARENA. “Em julho de 1974, foi sancionada a lei federal determinando a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara numa só entidade federativa – o novo estado do Rio de Janeiro. Em 10 de setembro do mesmo ano, foi anunciada oficialmente a indicação de Faria Lima para o cargo de governador do Estado”. (Cf. CPDOC verbete)

¹¹ Antônio de Pádua Chagas Freitas, do MDB, ex-governador do Estado da Guanabara, foi eleito pelo colégio eleitoral do estado em setembro de 1978 e tomou posse em 15 de março de 1979, mesmo dia da posse de João Batista Figueiredo, e renovou o compromisso de dar prosseguimento à política de abertura. Cf CPDOC verbete.

Assim, o novo período de greve¹² ocorreu após a unificação das entidades citadas e a resposta do governo não foi a de retomada das negociações, ao contrário, demonstraria a truculência das forças ditatoriais, que fariam uso da coerção direta e do aparato jurídico como tentativa de aniquilamento do movimento. Já no primeiro dia de greve,

o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, atendendo solicitação do Sr. Chagas Freitas, enviou telex ao Delegado Regional do Trabalho, Luiz Carlos de Brito, comunicando a ilegalidade da greve. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 02-08-79)¹³

O ministro reconheceu o estado de greve na rede oficial de ensino do Estado do Rio de Janeiro, despacho “suficiente para declarar a ilegalidade de greves nos setores incluídos no decreto 1.632¹⁴, como essenciais à segurança nacional” (JB-02-08-79)¹⁵

Ao mesmo tempo, o secretário estadual de educação, Arnaldo Niskier e o prefeito do município do Rio de Janeiro, Israel Klabin¹⁶, declaravam à imprensa que a greve não contava com a adesão da categoria (Cf. JB 02-08-79). Entretanto, o segundo semestre não foi iniciado na maioria da rede pública estadual e municipal e até mesmo a Secretaria Municipal de Educação foi paralisada. Também houve prisões de professores em Caxias (RJ) e no centro do Rio, conforme noticiou o jornal *Última Hora*:

Policiais do Departamento de Polícia Política e Social – DPPS- detiveram, na tarde de ontem, próxima à sede da secretaria de educação, dois professores e uma professora que, na ocasião, faziam piquete.¹⁷

Tal atitude se repetiria durante toda a greve. Para citar apenas dois exemplos, a prisão do presidente do CEP, Godofredo da Silva Pinto, na sede da entidade, e em São

¹² Desta vez, a greve fora das escolas, sem a assinatura da presença introduziu a estratégia de piquete entre as professoras, conforme destaca MASSON (1988:101).

¹³ “ALUNOS apóiam magistério na greve contra a fome”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1979.

¹⁴ Decreto-lei 1.632/78, dispõe sobre a proibição de greves no serviço público e em atividades, consideradas pela ditadura, essenciais de interesse de segurança nacional.

¹⁵ “MINISTRO do Trabalho reconhece estado de greve no ensino do Rio”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1979.

¹⁶ Amigo pessoal de Chagas Freitas, foi indicado por ele para a prefeitura do Rio de Janeiro, em março de 1979, ficando no cargo somente por 14 meses, por divergências em torno da fusão dos estados. (cf cpdoc verbete).

¹⁷ “MINISTRO do Trabalho declara ilegal a greve do magistério”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 02-08-79.

João de Meriti, das professoras Maria da Glória Gomes de Oliveira, Isabel Silva Melo, Rita Maria da Silva e Helena Arantes da Rosa, essas últimas levadas para o DOPS¹⁸.

Os piquetes foram uma estratégia amplamente utilizada durante a greve e até mesmo um recurso inusitado foi utilizado para dispersar os grevistas em piquete, na porta da Secretaria Municipal de Educação,

Um caminhão-pipa da Comlurb, chamado a pretexto de encher a cisterna do edifício, ocupou a calçada onde estavam os grevistas. No momento em que o piquete estava maior, os garis receberam ordens de lavar a porta do prédio. Espalharam água com espuma por todo lado, afastando os professores¹⁹.

Tanto a secretaria estadual de educação quanto a municipal anunciaram a medida emergencial de convocação de professores para a substituição dos grevistas. O secretário Arnaldo Niskier solicitou o levantamento do número de professores grevistas aos Crects e DECs e a relação de professores extra-classe, universitários e normalistas que poderiam substituir os grevistas. As retaliações aos grevistas foram de inúmeras ordens, como a remoção de dirigentes do CEP, Hildésia Medeiros e Leny Rocha, para outros municípios.

À pedido do governador Chagas Freitas, o presidente-general João Figueiredo cassou o processo de registro do CEP. Por sua vez, o Departamento de Polícia Política e Social prendeu lideranças do movimento²⁰ e lacrou a sede da entidade na Rua Alcindo Guanabara, 24, sala 1006. Outra medida anunciada por Chagas Freitas foi a suspensão do pagamento de professores que “faltassem” seis dias consecutivos ao trabalho.

A importância do conteúdo da nota distribuída pelo gabinete do governador, na noite de 07/08/79 justifica a longa citação:

O secretário da Justiça do Estado e o procurador geral, respectivamente srs. Erasmo Martins Pedro e Raul Soares de Sá, requereram ontem no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas a sustação do registro dos estatutos do Centro de professores (CEP), resultante da fusão da Sociedade Estadual dos Professores (SEP) com outras agremiações. A legislação

¹⁸ Conforme a matéria “Líder dos Professores é preso e solto pelo DPPS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04-08-79.

¹⁹ ESTADO convoca às salas de aulas os professores sem turma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03-08-79.

²⁰ Por exemplo, Godofredo Pinto, Luciano D’Ângelo e Hildésia Medeiros (PERETE e OLIVEIRA, 1989).

em vigor estabelece que qualquer entidade que incite a greve de funcionários públicos, como os professores terá o seu funcionamento suspenso ou o seu registro impedido pelo Poder Judiciário. Ontem mesmo, o processo de registro foi enviado ao juiz da Vara de Registro Públicos, onde opinará o Ministério Público, tendo em vista a declaração da ilegalidade do movimento grevista pelo Ministério do Trabalho. No processo deverá intervir também a Procuradoria Geral da República para apurar a responsabilidade da Sociedade Esatdual dos Professores (SEP), da União dos Professores do RJ (UPRJ) e da Associação dos Professores do RJ (APERJ), a fim de propor ação judicaíl de dissolução das mesmas.

Ainda ontem, o secretário de Segurança Pública, general Adolpho Murgel, converteu em inquérito policial a sindicância que vinha sendo realizada pelas autoridades em torno da greve de uma parcela do professorado. Hoje, será designado o promotor público que acompanhará o processo, do qual poderá resultar a denúncia dos responsáveis como incurso na Lei de Segurança Nacional ou outros dispositivos legais²¹.

A greve prossegue, apesar da repressão. Em 17 de agosto, o CEP realiza uma assembléia onde as opiniões se dividem entre a sua continuidade ou não, mas a proposta defendida pela professora Hildésia Medeiros, de continuidade do movimento grevista, vence a do professor Godofredo Pinto. Começa a definir-se, neste momento, uma corrente de oposição à diretoria do CEP. (PERETO E ANDRADE, 1989: 14)

Contudo, a assembleia realizada na semana seguinte coloca fim ao movimento grevista,

com o compromisso de que o governo pagaria, ainda em 1979, o aumento prometido em março, o que realmente aconteceu em dezembro. (Idem, ibidem)

As greves de 1979 evidenciam no CEP a relação entre o novo e o velho sindicalismo, ou seja, do conflito entre as suas tradições e a tentativa de emergência sob novas formas:

o CEP, de cuja juventude e caráter legal não sindical parecia derivar uma coesão maior, dividia-se claramente entre uma corrente identificada com o fazer greve como instrumento de combate à estrutura sindical e à ditadura (além de arma para conquistas salariais) – na linha que se afirmava com o novo sindicalismo-, e um grupo que recomendava prudência na estratégia de aprofundamento da transição democrática (MATTOS,1998: 198).

²¹ Governo pede a suspensão do funcionamento do CEP: Líderes da greve podem ser enquadrados na LSN. *O Globo*, Rio de Janeiro, 08-08-79.

Apesar das divergências políticas frente aos momentos críticos a divisão interna se consolidando no interior da direção da entidade e a manutenção do calendário do governo para o pagamento dos novos pisos -, o movimento conseguiu fazer da greve de 1979,

um marco, um símbolo, na história do movimento de organização política dos profissionais de educação, quando conquistou um piso salarial equivalente hoje a cinco salários-mínimos. (SILVEIRA, 2002: 90).

Colocado na ilegalidade, em 1979, pela ditadura militar, o CEP continuou se organizando, ainda que de forma precária, e buscando apoio político para a reabertura da entidade, fato que só veio a ocorrer em 1983.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Teresa Ventura de. A União dos Professores do Rio de Janeiro: Um capítulo da história da organização docente (1948-1979). Niterói: UFF, 2001. (Dissertação de mestrado em educação)

ANTUNES, Ricardo. O novo sindicalismo no Brasil. Campinas: Pontes, 1995.

LUGLI, Rosário Genta. Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista e o movimento de organização dos professores (1964-1990)). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. (Dissertação de mestrado em educação).

MASSON, Máximo Augusto Campos. Magistério e Sindicalismo: a trajetória do Centro de Professores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e Velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955– 1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura. 1998.

PERETE, Leila Angélica e OLIVEIRA, Vera Regina Rodrigues. Reconstrução Histórica do SEPE. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. (mimeo)

PERROT, Michelle. Workers on strike. France, 1871-1890. New Haven, Yale Univ. Press, 1987.

Jornais

ALUNOS apóiam magistério na greve contra a fome”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1979.

ESTADO convoca às salas de aulas os professores sem turma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03-08-79

GOVERNO pede a suspensão do funcionamento do CEP: Líderes da greve podem ser enquadrados na LSN. *O Globo*, Rio de Janeiro, 08-08-1979.

LÍDER dos Professores é preso e solto pelo DPPS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04-08-1979.

MINISTRO do Trabalho declara ilegal a greve do magistério”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 02-08-1979.

MINISTRO do Trabalho reconhece estado de greve no ensino do Rio”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1979.

MIRTES ouve reivindicações de mais de duzentos professores”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 27 out. 1978

PROFESSORES debatem com a secretária de Educação e entregam proposta salarial”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 out. 1978.

PROFESSORES reúnem-se hoje para a campanha salarial”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 dez. 1977.